

Vulnerabilidades socioeconômicas e produtivas dos agricultores familiares pobres de Santa Catarina

Marlise Lovatel

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

André Luiz Simonetti

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Marcio Gazolla

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Recebido: 07/08/2017 Versão revisada (entregue): 08/03/2019 Aprovado: 19/03/2019

Resumo

O objetivo do trabalho é analisar as condições socioeconômicas e produtivas dos agricultores familiares pobres do estado de Santa Catarina, traçando um perfil dos mesmos para melhor compreender suas vulnerabilidades sociais. Para isso, utilizou-se dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), estratificando os agricultores em familiares e não familiares com base na Lei 11.326/2006. No grupo familiar, separou-se os do Grupo B do PRONAF, com base nos critérios do Plano Safra 2006/2007, sendo estes chamados de agricultores familiares pobres. Como resultado, evidencia-se que um a cada quatro agricultores é considerado pobre, não somente por possuir baixa renda econômica, mas por se caracterizar uma pobreza multidimensional, como Amartya Sen formulou em seus estudos. Os agricultores pobres apresentam vulnerabilidades sociais múltiplas, como limitação de terras, baixo nível tecnológico e de escolaridade, envelhecimento, pouca organização social coletiva, baixo valor de produção agropecuária e quase não recebem serviços de orientação técnica do Estado. O estudo identificou a necessidade de se construir estratégias para melhorar seus ativos, acessos, capacitações básicas e políticas públicas com vistas a promover ativamente o desenvolvimento rural e regional destes atores sociais.

Palavras-chave | Agricultores familiares pobres; desenvolvimento rural e regional; PRONAF; Santa Catarina; vulnerabilidades sociais.

Código JEL | I32 O18 Q12

Socioeconomic and productive vulnerabilities of poor family farmers in Santa Catarina

Abstract

The objective of this work is to analyze the socioeconomic and productive conditions of the poor family farmers in the state of Santa Catarina, drawing a profile of them, to better

understand their social vulnerabilities. For that, the data of the Agricultural Census of the IBGE (2006) was used, stratifying the farmers in familiar and unfamiliar ones, based on Law 11.326/2006. In the family group, those from Group B of PRONAF were separated, based on the criteria of the 2006/07 Plan, being called poor family farmers. As a result, it is evident that one in four farmers is considered poor, not only because they have low economic income, but a multidimensional poverty as Amartya Sen formulated in his studies. Poor farmers present multiple social vulnerabilities such as land limitation, low level of education and technology, aging, have little collective social organization, low value of agricultural production and almost no services of technical orientation from the State. The study identified the need to build strategies to improve its assets, accesses, basic skills and public policies in the State with a view to actively promoting the rural and regional development of these social actors.

Keywords | Poor family farmers; PRONAF; rural and regional development; Santa Catarina; social vulnerabilities.

JEL-Code | I32 O18 Q12

Vulnerabilidades socioeconómicas y productivas de los agricultores familiares pobres de Santa Catarina

Resumen

El objetivo del trabajo es analizar las condiciones socioeconómicas y productivas de los agricultores familiares pobres del estado de Santa Catarina, trazando un perfil de los mismos, para comprender mejor sus vulnerabilidades sociales. Para ello, se utilizó de los datos del Censo Agropecuario del IBGE (2006), estratificando a los agricultores en familiares y no familiares con base en la Ley 11.326/2006. En el grupo familiar, se separaron los del Grupo B del PRONAF, sobre la base de los criterios del Plan Safra 2006/2007, siendo llamados de agricultores familiares pobres. Como resultado, se demuestra que uno de cada cuatro agricultores es considerado pobre, no sólo por tener bajos ingresos económicos, sino por caracterizarse como pobreza multidimensional como Amartya Sen formuló en sus estudios. Los agricultores pobres presentan vulnerabilidades sociales múltiples como limitación de tierras, bajo nivel tecnológico y de escolaridad, envejecimiento, poseen poca organización social colectiva, bajo valor de producción agropecuaria y casi no reciben servicios de orientación técnica del Estado. El estudio identificó la necesidad de construir estrategias para mejorar sus activos, accesos, capacitaciones básicas y las políticas públicas con el fin de promover activamente el desarrollo rural y regional de estos actores sociales.

Palabras-clave | Agricultores familiares pobres; desarrollo rural y regional; PRONAF; Santa Catarina; vulnerabilidades sociales.

Código JEL | I32 O18 Q12

Introdução

Os debates em torno da situação e dos rumos da agricultura no Brasil costumam trazer aspectos diferenciados e polêmicos sobre os processos de desenvolvimento rural. De um lado, a argumentação de que a agricultura precisa modernizar-se para cumprir suas funções no desenvolvimento econômico do país ganha força com ações de políticas públicas no estímulo ao produtivismo, difusão e adoção de tecnologias em forma de “pacotes” e cresce a mercantilização da vida rural (BUANAIN et al., 2014). De outro lado, há autores que consideram os aspectos histórico-estruturais da agricultura familiar no processo produtivo, por sua diversidade socioeconômica como característica relevante para pensar processos e projetos de desenvolvimento rurais inclusivos e diversificados (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MATTEI, 2017).

Quando se fala em agricultura familiar, a noção embora generalizadora remete a reflexões acerca das suas estratégias de reprodução social, sejam fundiárias, produtivas ou pela sua diversidade de formas socioeconômicas que a caracterizam como uma categoria (WANDERLEY, 1996). Historicamente sua importância foi relegada pelo Estado e na sociedade brasileira há uma condição subsidiária nos processos de desenvolvimento, servindo aos interesses da grande exploração agrícola, com “funções” secundárias, por exemplo, suprir a força de trabalho acessória nos momentos em que as grandes explorações necessitassem (PICOLOTTO, 2014).

Diversos fatores históricos provocaram um processo de vulnerabilidades sociais para um grande número de agricultores familiares, que foram excluídos dos processos de desenvolvimento rural e regional. Como destacado por alguns estudos (AQUINO et al., 2013; GAZOLLA; AQUINO; SIMONETTI, 2017; WANDERLEY, 2014), esses agricultores familiares pobres (AF) podem ser caracterizados por insuficiência de renda, áreas de terras limitantes, baixos graus de escolaridade, produção e renda agropecuária. Além disso, quase não recebem orientações dos serviços de assistência técnica e estão pouco envolvidos socialmente em ambientes de organizações sociais coletivas. Sendo assim, sofrem diversas restrições que tolhem suas chances e oportunidades de possuírem melhores padrões de vida e inserirem-se ativamente em processos de desenvolvimento com liberdade, sendo denominados de atores sociais portadores de uma pobreza rural que pode ser definida como multidimensional (SEN, 1999; 2000; WANDERLEY, 2017).

A noção de pobreza multidimensional remete a ideia de que estes AF pobres possuem como debilidades um conjunto de vulnerabilidades sociais, que são econômicas como comumente é muito arrolado nos estudos sobre pobreza, mas também são sistêmicas em termos de outros aspectos sociais, escassez de ativos, falta de acessos (a bens, produtos e serviços), deficiências produtivas, entre outras,

que autorizam a falar em pobreza multifacetada. Esse conjunto de vulnerabilidades sociais são limitantes das capacidades destes agricultores familiares em buscar formas de superação da pobreza e construir novas estratégias de reprodução social, onde possam inserir-se ativamente nos processos de desenvolvimento regional e rural. Os AF pobres precisam ser vistos como atores sociais construtores e parceiros de um projeto de sociedade, com história e características próprias, não puramente como objeto de intervenção do Estado por meio de políticas sociais/de desenvolvimento ou mesmo objeto de análise de pesquisadores do tema (SEN, 1999; WANDERLEY, 1996).

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar as condições econômicas, sociais e produtivas dos agricultores familiares pobres do estado de Santa Catarina, desenhando um perfil deste grupo social para melhor compreender a pobreza a que estão submetidos em suas múltiplas dimensões e facetas. A ideia é analisar a pobreza rural destes atores sociais não somente pela renda econômica, mas também pelos indicadores educacionais, ativos fundiários, organização social, participação social e recebimento de serviços públicos, valores da produção agropecuária, tecnologias utilizadas, entre outros.

Como metodologia para traçar esse perfil dos agricultores pobres de SC, o trabalho utiliza-se dos dados do Censo Agropecuário de 2006, diferenciando os agricultores em familiares e não familiares pela Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006). No grupo familiar procedeu-se a classificação e separação dos agricultores pobres, sendo caracterizados pelo público potencial de acesso ao Grupo B do PRONAF, utilizando-se critérios do Plano Safra 2006/2007. Ressalta-se que os dados censitários são das apurações atualizadas pelo IBGE do ano de 2012 e foram retirados do Sistema de Recuperação Automática de Dados do IBGE (IBGE/SIDRA, 2017)¹.

Destaca-se que até o momento não foram encontrados estudos que retratassem a condição e as vulnerabilidades sociais da população rural pobre das microrregiões ou mesmo do estado de SC. Somente foram encontrados estudos relativos à pobreza rural, feitos no Território Meio Oeste Contestado (MOC), no âmbito do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que tinha como objetivo a redução da condição da pobreza em territórios de identidade no país (TECCHIO, 2012). Neste sentido, é que reside a grande contribuição do presente trabalho, em traçar um perfil aproximado dos agricultores familiares pobres no Estado de Santa Catarina, revelando suas especificidades sociais, econômicas e produtivas.

A estrutura deste estudo está organizada em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda discute-se, brevemente, a

¹ O detalhamento da metodologia pode ser consultada em maior profundidade em outros estudos como em AQUINO et al (2013) e AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER (2016). Neste trabalho isto não será discutido em detalhes em função da falta de espaço.

pobreza no Brasil e nos espaços rurais, considerando os vários aspectos que podem caracterizar a pobreza, que vai além da insuficiência de renda e acomete também as capacidades dos indivíduos. A terceira seção apresenta a análise e discussão dos dados do Censo Agropecuário sobre os AF pobres do estado de SC, demonstrando sua pobreza multidimensional.

Pobreza no Brasil e nos espaços rurais

O tema da pobreza pode ser definido por diferentes dimensões, variando em suas ênfases, métodos, formas de interpretação e noções. Conforme Takagi, Silva e Del Grossi (2001), os critérios de definição da linha de indigência e da pobreza, bem como os métodos de regionalização e critérios socioeconômicos é que tem causado diferenças nos estudos. Apontam que entre os métodos que fixam a linha de pobreza definida pela renda destacam-se os que se utilizam da proporção do salário mínimo, pois, em tese, este deveria suprir as necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, entre outras.

Corroborando com esta percepção, Sen (1999) define a pobreza de origem primária como aquela em que os rendimentos totais são insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física. Entretanto, atualmente, vários estudos fundamentados teoricamente em Amartya Sen, têm definido a pobreza como multidimensional, em que os aspectos econômicos como a renda são importantes, mas não somente estes. É fundamental considerar o conjunto das liberdades que os indivíduos necessitam para se desenvolverem plenamente, tais como as políticas, de saúde, educação, segurança protetora, políticas sociais do Estado, psicológica, física, ausência de relações assimétricas de poder e participação social, fome, entre outras (SEN, 2000).

Partindo do entendimento que as análises baseadas na renda são insuficientes para uma compreensão mais aprofundada da pobreza rural, é preciso compreender a pobreza como um conjunto de vulnerabilidades, como falta de oportunidades, acessos (a bens, produtos e serviços), limitação ou dificuldade para alcançar realizações e capacitações necessárias ao desenvolvimento humano com liberdade (SEN, 1999; 2000). Nesse sentido, Sen (2000) traz noções importantes sobre o que chama de capacidades e funcionamentos. Para o autor, as capacidades envolvem os meios e as liberdades instrumentais que um ser humano possui para viver a vida de acordo com suas escolhas. Já, os funcionamentos seriam as coisas que o ser humano pode “ser” ou “fazer”, como não passar fome ou ainda conseguir a realização da sua autoestima.

Destaca-se que no meio rural, a pobreza foi muito acentuada pelos aspectos da modernização da agricultura, que transformou o Brasil em um grande exportador

de *commodities*, mas que se constituiu também de fator de exclusão social, especialmente de parte dos agricultores familiares (TONNEAU; AQUINO; TEIXEIRA, 2005). Wanderley (2003) aborda que pela perspectiva da modernização da agricultura houve uma urbanização do meio rural, onde as relações fundamentais se davam entre capital e trabalho segundo um modelo equivalente às relações industriais, na constituição de uma estrutura empresarial e para emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho unificado. Esse contexto provocou a exclusão de famílias rurais, deixando-os à margem da sociedade.

A pobreza em grande parte é consequência do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelas nações, o que ocorre numa parcela muito significativa da população que é desprovida de bens materiais, privadas da cidadania e excluídas socialmente (TECCHIO et al., 2012). Nesse sentido, as políticas voltadas para o combate à pobreza rural infelizmente possuem pouco conhecimento das questões específicas das famílias que moram no meio rural e que trabalham em sua unidade de produção familiar, além de, na maioria das vezes, estimularem os processos de modernização do campo e da geração de desigualdades sociais (CAZELLA; BÚRIGO, 2011).

Um exemplo disso é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996, constituiu-se como uma política pública específica de crédito rural destinado a ofertar linhas de crédito de custeio e investimento para a agricultura familiar no Brasil (BRASIL, 1996). Ao mesmo tempo em que tinha objetivo de gerar emprego e renda, extremou ainda mais as desigualdades dentro do universo da agricultura familiar, além de ser uma ferramenta de disseminação de pacotes tecnológicos sem a devida avaliação das condições regionais de cada ambiente rural e do público beneficiário (AQUINO et al., 2013; AQUINO; SCHNEIDER, 2011). Segundo Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) quase metade dos agricultores tomadores de crédito (44,4%) aumentaram sua renda com os financiamentos do PRONAF, mas a concentração ficou exatamente em agricultores e regiões mais capitalizadas.

Dados atuais do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017), apontam que a pobreza no Brasil tem aumentado nos últimos dois anos consecutivos, depois de ter passado uma década de redução. Segundo a FGV, em 2014 estavam abaixo da linha da pobreza 16 milhões de pessoas, passando para 22 milhões em 2016, um aumento de 6 milhões de pessoas, em apenas dois anos. No Brasil a pobreza está presente tanto no meio urbano quanto no meio rural, aparecendo em praticamente todas as regiões. Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE, em 2010 a população brasileira em situação de extrema pobreza somava 16,27 milhões, o que representava 8,5% da população total brasileira. Desse total, residiam em áreas urbanas 53,3% e em áreas rurais 46,7%

dos indivíduos pobres. Sendo 7,57 milhões de pessoas consideradas pobres no meio rural que correspondia a 25% da população que vivia no campo².

Conforme Aquino et al. (2013) no Brasil os agricultores potenciais beneficiários do PRONAF pertencendo ao Grupo B³, considerados AF pobres perfazem praticamente 60% do público potencial do programa; um contingente de mais de 2,4 milhões de estabelecimentos agropecuários, o que demonstra que a maior parte do público do PRONAF e dos agricultores do país é formada por estabelecimentos em situação de pobreza. Na distribuição espacial pelo país, esses agricultores estariam mais concentrados na Região Nordeste e Norte de Minas Gerais, perfazendo quase 65% do total. Na Região Sul onde se localiza o estado de SC, o público potencial do PRONAF Grupo B, representa 11,16% do total de agricultores familiares pobres.

No estado de Santa Catarina, um estudo feito por Tecchio et al. (2012), com famílias pobres do espaço rural, apontou a existência, grosso modo, de dois grupos sociais: trabalhadores rurais (assalariados) e agricultores familiares. As estratégias de reprodução social destes grupos baseiam-se na produção de alimentos para autoconsumo e a extração de produtos vegetais. No grupo de agricultores familiares com acesso à terra (pequenas áreas), a produção de alimentos para autoconsumo é mais representativa e utilizada como fonte de renda na venda, ou mesmo troca por mercadorias que não produzem nas propriedades. No grupo dos trabalhadores rurais, uma das principais formas de obterem renda é a venda de mão de obra, muitas vezes, trabalhando em condições precárias e submetidas ao trabalho sazonal e desemprego temporário, desempenhando funções de baixas qualificações.

Agricultores familiares pobres de Santa Catarina: o que evidenciam os dados do Censo Agropecuário do IBGE

Número e espacialização territorial dos AF pobres

Estudo feito por Mattei (2010), sobre os indicadores principalmente produtivos do sistema familiar de produção em comparação com a agricultura não familiar de SC, através dos primeiros resultados do Censo Agropecuário de 2006 (apuração de 2009), indica que a agricultura familiar apresentou um desempenho extraordinário,

² A linha da extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70,00 *per capita* considerando o rendimento nominal mensal domiciliar (IBGE, 2010). Esta é a mesma linha de recorte da extrema pobreza utilizada pelo Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), que vigorou durante o primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2014).

³ Segundo o Plano Safra 2006/2007, o Grupo B do PRONAF são os agricultores familiares que obtivessem uma renda bruta anual familiar de até R\$ 3.000,00/ano, sendo no mínimo 30% dessa renda auferida através das atividades desenvolvidas no interior do estabelecimento agropecuário.

revelando seu potencial produtivo, sendo a responsável pela dinamização do setor agropecuário catarinense.

Contudo, não é o todo deste grupo social que possui uma boa performance, pois dentro do segmento familiar há agricultores vulneráveis, como o presente trabalho demonstra através dos dados censitários de 2006. Esta seção apresenta os dados dos AF pobres de SC (classificados como público potencial do Grupo B do PRONAF, no Plano Safra 2006/2007). Os dados evidenciam a multidimensionalidade da pobreza rural destes agricultores, especialmente em relação a indicadores sociais, produtivos e econômicos.

A Tabela 1 inicia a apresentação destes dados, mostrando a participação dos diferentes grupos sociais de agricultores familiares (AF) e agricultores não familiares (ANF) na agropecuária Catarinense. A AF possui 87,01% dos estabelecimentos agropecuários de SC e a ANF 26,68% dos mesmos, destacando a predominância das formas familiares de produção e trabalho nos espaços rurais. Nos números que compõe os 87,01% da AF estão presentes o percentual de 61,40% dos estabelecimentos familiares dos diversos grupos sociais (exceto Grupo B) e, 25,61% dos estabelecimentos familiares que são do Grupo B do PRONAF, considerados AF pobres. Estes dados evidenciam que os AF pobres são pelo menos um em cada quatro agricultores familiares do estado de Santa Catarina, destacando a sua importância na composição do tecido social rural do estado.

Tabela 1 – Segmentação da estrutura da agropecuária de SC e participação do Grupo B do PRONAF no total de estabelecimentos

Tipos de Agricultor	Nº de Estabelecimentos	%
Não familiar	25.156	26,68
Familiar – Lei 11.326	168.512	87,0
Familiar (Grupo B)	49.594	25,61
Familiar (Exceto B)	118.918	61,40
Total	193,668	100,00

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

Já a Tabela 2 apresenta a participação dos estabelecimentos do público potencial Grupo B do PRONAF por microrregiões de SC. Pode-se classificá-las por extrato de percentuais de pobreza, em: a) acima de 40% de estabelecimentos de AF pobres; b) entre 40% e 30%; c) e abaixo de 30%. As microrregiões com participação acima de 40% dos estabelecimentos com AF pobres são Campos de Lages com 53,79%, sendo uma região muito representativa para o estado pelo número de estabelecimentos familiares que possui (11.256), apresentando mais da

metade desta população rural familiar em situação de pobreza. Em seguida as microrregiões que mais possuem estabelecimentos de AF pobres são Itajaí com 49,76%, Blumenau com 49,04%, Florianópolis com 44,14%, São Bento do Sul com 42,60% e Tubarão com 41,30%. Grosso modo, estas microrregiões estão localizadas essencialmente junto ao Litoral Catarinense e Sul do estado.

Um segundo grupo da classificação abrange as microrregiões com pobreza rural entre 30 a 40% dos estabelecimentos familiares. Enquadra-se nesta faixa percentual Joinville com 39,87%, Curitibanos com 36,94%, Tabuleiro com 34,56%, Tijucas com 31,57%, Criciúma com 30,99% e Joaçaba com 30,52%. Estas microrregiões estão espacialmente distribuídas ao Norte (Joinville), ao Litoral (Tijucas e Tabuleiro), ao Sul (Criciúma) e no Centro do estado (Joaçaba e Curitibanos).

Tabela 2 – Participação dos estabelecimentos do Grupo B do PRONAF no interior da agricultura familiar por microrregiões de SC

Microrregiões	Familiar	Grupo B	%
Campos de Lages – SC	11.256	6.055	53,79
Itajaí – SC	1.698	845	49,76
Blumenau – SC	6.378	3.128	49,04
Florianópolis – SC	3.403	1.502	44,14
São Bento do Sul – SC	1.385	590	42,60
Tubarão – SC	10.909	4.505	41,30
Joinville – SC	5.352	2.134	39,87
Curitibanos – SC	4.778	1.765	36,94
Tabuleiro – SC	3.516	1.215	34,56
Tijucas – SC	2.832	894	31,57
Criciúma – SC	4.983	1.544	30,99
Joaçaba – SC	11.119	3.394	30,52
Rio do Sul – SC	11.441	2.884	25,21
Concórdia – SC	11.055	2.726	24,66
Araranguá – SC	8.108	1.873	23,10
Canoinhas – SC	13.622	3.071	22,54
Chapecó – SC	25.082	5.580	22,25
Xanxerê – SC	8.742	1.798	20,57
São Miguel do Oeste – SC	17.465	3.193	18,28
Ituporanga – SC	5.388	898	16,67
Total	168.512	49.594	29,43

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

O terceiro grupo são as microrregiões com percentuais de estabelecimentos de AF pobres abaixo de 30%. Figura entre estas, Rio do Sul com 25,21%, Concórdia com

24,66%, Araranguá com 23,10%, Canoinhas com 22,54%, Chapecó com 22,25%, Xanxerê com 20,57%, São Miguel do Oeste com 18,28% e Ituporanga com 16,67%. Destaca-se que os percentuais abaixo de 30% de AF pobres em SC estão mais localizados espacialmente no Oeste e Extremo Oeste do estado. Junto a esses percentuais menores de pobreza na mesorregião Oeste do estado, há outro apontamento importante: às maiores presenças de número de estabelecimentos agropecuários familiares do estado estão em Chapecó (25.082 estabelecimentos) e São Miguel do Oeste (17.465 estabelecimentos).

Poucos ativos fundiários e uso de tecnologias

A Tabela 3 apresenta a estratificação por grupos de área total dos estabelecimentos enquadrados no Grupo B, em hectares. A maioria dos agricultores familiares pobres detinha pouca área de terra para exploração, sendo que 35,17% possuíam áreas de até 5 hectares e 56,13% possuíam até 10 hectares. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários do público potencial do PRONAF Grupo B catarinense possuía área de terra inferior a um módulo fiscal, estando abaixo do mínimo necessário deste ativo para uma família ter condições de suprir suas necessidades reprodutivas básicas. Com área de 10 a 50 hectares eram 37,73% dos estabelecimentos e de 50 a 100 hectares eram 2,40%. Que não possuíam área de terra eram 3,74% dos agricultores pobres do estado.

Tabela 3 – Estratificação por grupos de área total dos estabelecimentos familiares do Grupo B do PRONAF em SC

Extrato de área (um)	Nº de Estabelecimentos	%	% Acumulada
0 – 5	17.442	35,17	35,17
5 – 10	10.393	20,96	56,13
10 – 50	18.710	37,73	93,85
50 – 100	1.192	2,40	96,26
Mais de 100	0	0,00	96,26
Produtor sem área	1.857	3,74	100,00
TOTAL	49.594	100,00	-

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

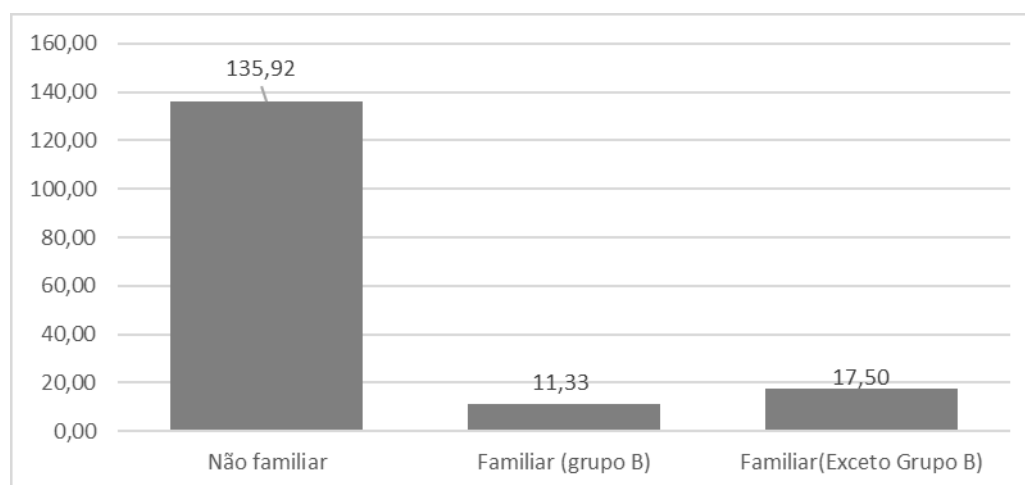
Nota: Dados organizados pelos autores.

Mattei (2010) analisando os dados censitários de 2006 de SC destacou que os ANF comandavam 54% da área total e os AF proprietários detinham 40%, o que mostra uma concentração maior de áreas para a ANF. Para o autor, o espaço rural brasileiro foi fortemente marcado por uma estrutura fundiária desigual e injusta, com tendência histórica à concentração da propriedade da terra, provocando a

exclusão social e pobreza estrutural, o que constitui um grande empecilho ao desenvolvimento rural para estes AF pobres. Para Wanderley (2014, 2017) a pobreza foi fundamentalmente gerada como consequência direta do modelo de modernização da agricultura, onde restou aos AF pobres pouca área de terra e que quase sempre apresentam restrita aptidão agrícola.

Os dados do Gráfico 1 complementam essa informação, pois mostram a área média dos estabelecimentos agropecuários de SC. Nota-se que na ANF a área média é de 135,92 hectares. Os AF exceto B contabilizam área média de 17,5 hectares e os AF pobres (Grupo B) média de 11,33 hectares. Percebe-se que a média do grupo de AF pobres é bastante inferior aos dois demais grupos sociais e ao módulo fiscal médio do estado (em SC um módulo fiscal varia entre 18 e 20 hectares dependendo da microrregião ou município) o que seria a área mínima necessária para uma família rural manter-se em condições produtivas básicas e de sobrevivência a partir do ativo terra.

Gráfico 1 – Área média (em hectares) dos estabelecimentos agropecuários de SC



Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

A baixa média da área de terra dos AF pobres do estado de SC acaba por limitar em grande parte os processos de reprodução social e desenvolvimento rural, devido aos pequenos espaços físicos para desenvolvimento de suas atividades produtivas agropecuárias. Mesmo com limitações extensivas, a terra é um meio de sobrevivência e representa, para as famílias de agricultores pobres, um instrumento essencial de geração de rendas, via venda de produtos e alimentos que colocam nos mercados e para segurança alimentar dos membros das suas famílias.

O acesso e a ampliação da área de terra compõem os propósitos da maioria das famílias, para melhorarem suas estratégias de reprodução social (TECCHIO et al, 2012).

A Tabela 4 apresenta as principais características das tecnologias utilizadas pelos AF pobres de SC em seus estabelecimentos agropecuários. As condições tecnológicas eram principalmente o uso da força animal, perfazendo 29,82% dos estabelecimentos familiares e uso de tração mecânica em 25,99%. Quanto às formas de cultivo 5,94% utilizava adubos em lavouras, 2,22% usavam técnicas de irrigação e os cultivos em sistemas orgânicos estavam presentes em 2,22% dos estabelecimentos⁴.

Tabela 4 – Características tecnológicas dos estabelecimentos familiares do Grupo B do PRONAF em SC

Variáveis	Grupo B (A)	Grupo B que utiliza tecnologia (B)	% de acesso (B/A)
Uso de força de tração animal	49.594	14.787	29,82
Uso de força de tração mecânica	49.594	12.890	25,99
Uso de adubos em lavouras	49.594	2.947	5,94
Utiliza irrigação	49.594	1.100	2,22
Cultiva agricultura orgânica	49.594	1.103	2,22

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

São muito diversificadas as formas de adoção e utilização da força animal, tração mecânica e dos processos utilizados para cultivo, como irrigação, adubação ou sistemas orgânicos. Grande parte das tecnologias utilizadas pelos AF pobres são geradas dentro das próprias unidades produtivas a partir de seus próprios conhecimentos e não são consideradas “modernas”. Os mesmos também se utilizam de poucas tecnologias difundidas por órgãos de pesquisa e assistência técnica, principalmente por não serem adequadas ao seu contexto produtivo e socioeconômico ou não “cabem” dentro da sua renda anual.

No que se refere às características tecnológicas e processos de trabalho, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar historicamente tentaram ‘modernizar’ as práticas agrícolas de uma forma homogênea pela difusão de

⁴ Os dados do Censo Agropecuário mostram que os AF pobres são quase a metade dos estabelecimentos produtores de alimentos orgânicos no país (44% dos estabelecimentos). Para uma discussão mais aprofundada, consultar Lourenço, Schneider e Gazolla (2017).

tecnologias. Contudo, sabe-se que a agricultura familiar é uma categoria muito diversa com particularidades que não permitem igualar processos por sua heterogeneidade (WANDERLEY, 1996). Ao contrário do padrão difusionista e homogêneo da modernização, a agricultura familiar assume uma diversidade de formas sociais, econômicas e também na sua base de conhecimentos e utilização de tecnologias.

As debilidades humanas e sociais dos AF pobres

Na Tabela 5 é possível visualizar o número de pessoas envolvidas nos estabelecimentos agropecuários de SC. No grupo dos ANF são apenas 26,68% do total do pessoal ocupado. No grupo de AF (exceto Grupo B) são 55,05% e no grupo de AF pobres (Grupo B) são 18,27%. Somando-se os grupos familiares, são 73,32% das pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários de SC. Através destes dados percebe-se a importância da força de trabalho familiar na agricultura catarinense.

Os AF pobres de SC são quase 20% do total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários pertencentes ao público potencial do PRONAF B. Isso sinaliza que mesmo em condições de fragilidade e vulnerabilidade social, muitas pessoas ainda persistem nestes estabelecimentos perfazendo um papel importante na composição do tecido social rural do estado Catarinense. Atrelando esses dados às questões de gênero, Mattei (2010) observa que na ANF são 13% de homens e 5% de mulheres ocupados e na AF são 49% de homens e 33% de mulheres, o que sinaliza uma maior abertura para força de trabalho das mulheres no espaço rural da AF catarinense.

Tabela 5 – Total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários de SC

Tipos de agricultores	Pessoal Ocupado (PO)	%
Não familiar	152.464	26,68
Familiar (Grupo B)	104.418	18,27
Familiar (Exceto B)	314.640	55,05
Total	571.522	100

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

A Tabela 6 traz a idade das pessoas que dirigem os estabelecimentos pertencentes ao Grupo B. Nota-se que quase metade das pessoas que coordenavam os estabelecimentos familiares pobres tinham entre 45 e 65 anos de idade (48,47%),

seguido dos que possuíam entre 25 e 45 anos (26,99%) e dos que tinham mais de 65 anos de idade (22,73%). Por último, como minoria, têm-se os estabelecimentos dirigidos por jovens menores de 25 anos, representando apenas 1,81%.

Tabela 6 – Idade da pessoa que dirige os estabelecimentos familiares do Grupo B do PRONAF em SC

Faixa de Idade	Nº de agricultores	%
Menor de 25 anos	899	1,81
De 25 a 45 anos	13.385	26,99
De 45 a 65 anos	24.036	48,47
De 65 anos e mais	11.274	22,73
Total	49.594	100,00

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

A grande maioria dos dirigentes de estabelecimentos familiares do Grupo B são de meia idade a pessoas mais velhas, pois somando-se os dirigentes de estabelecimentos com mais de 45 anos, chega-se ao percentual de 71,2%. Por outro lado, somando-se os percentuais de dirigentes dos estabelecimentos com menos de 45 anos, estes são menos de 30% de dirigentes jovens. Estes dados revelam duas grandes questões e desafios da AF pobre de SC, que estão interconectadas: por um lado, há um movimento social de envelhecimento dos dirigentes e, de outro, o êxodo de jovens para áreas urbanas, denotando a pouca probabilidade de sucessão familiar nestes estabelecimentos.

O estudo de Camarano e Abramovay (1998) em SC já havia salientado o êxodo de jovens rurais, principalmente do sexo feminino, que migram para o meio urbano em busca de melhores condições de vida, muitas vezes, atraídas pelas atividades terciárias como prestação de serviços, o que tem “masculinizado” o meio rural, diminuindo também as possibilidades de novas famílias jovens se constituírem e serem sucessoras destes estabelecimentos.

Outro aspecto limitante e preocupante junto aos AF pobres de SC é que sua pobreza não é só de renda econômica, mas também de nível de escolaridade formal. Como identificado na Tabela 7, que traz o nível de instrução do dirigente dos estabelecimentos dos AF do Grupo B, mais da metade destas pessoas (68,37%) tem apenas o ensino fundamental incompleto ou somente o Ensino de Jovens e Adultos (EJA). Já, um percentual de 12,29% tem ensino fundamental completo. Outros 4,54% não sabiam ler e nem escrever e 3,56% não tinham nenhum nível de instrução, mas sabiam ler e escrever. Apenas 8,41% dos

dirigentes possuíam algum nível mais elevado de instrução, por exemplo, um curso técnico, de nível médio ou graduação.

Tabela 7 – Nível de instrução da pessoa que dirige os estabelecimentos familiares do Grupo B do PRONAF em SC

Nível de instrução	Nº de agricultores	%
Não sabe ler e escrever	2.252	4,54
Nenhum nível de instrução (apenas sabe ler e escrever)	1.765	3,56
EJA e Ensino Fundamental incompleto	33.905	68,37
Ensino fundamental completo (1º grau)	6.096	12,29
Outros*	4173	8,41
Total	49.594	100,00

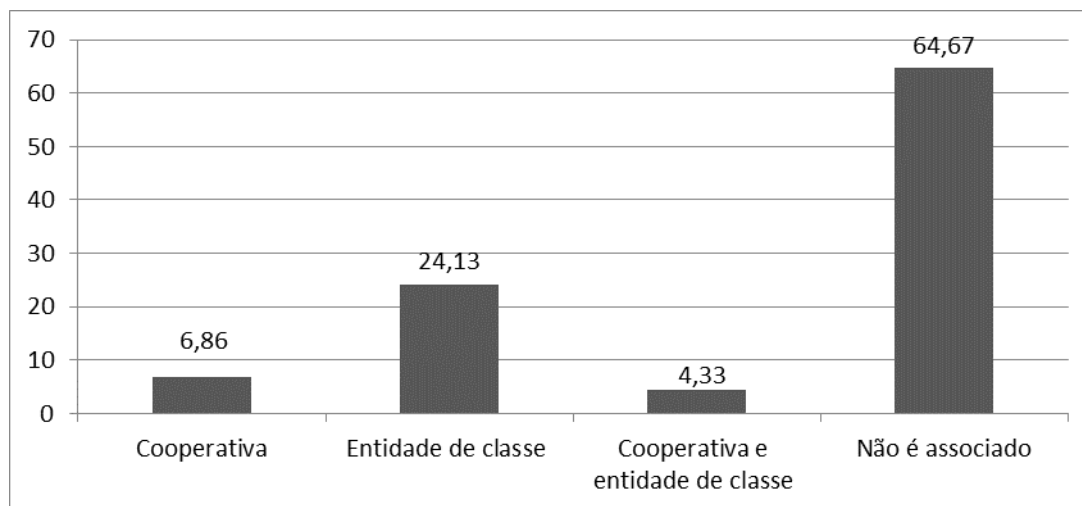
Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

(*) Na categoria “Outros” foram incluídos os entrevistados que declararam ter graus de formação variados (Ensino Médio Completo, Técnico Agrícola Completo e Graduações).

Esses dados corroboram com os estudos de Sen (1993, p. 329) que afirma que as desigualdades podem ser de vários tipos, não somente de renda, sendo que o nível educacional de uma população é uma das desigualdades sociais mais prementes, que limitam a liberdade e capacidade de desenvolvimento das pessoas. Assim, esses números indicam que os dirigentes de estabelecimentos do grupo de AF pobres de SC sofrem desigualdades educacionais, que acabam limitando suas capacidades, por exemplo, a de vislumbrar as oportunidades dos mercados e de construção de novas estratégias de desenvolvimento para suas famílias (seja laboral, de novas atividades agrícolas, trabalho fora do estabelecimento/pluriatividade, construção de novos canais de venda da produção, de crescimento pessoal, abertura de uma nova atividade produtiva, etc.). A educação ou uma maior formação poderia contribuir para que estes dirigentes de estabelecimentos pudessem vislumbrar alternativas de reprodução social, de inserção socioeconômica e produtiva, bem como de melhoria da sua qualidade de vida.

Ainda sobre quem coordenava os estabelecimentos dos AF pobres de SC, o Gráfico 2 traz informações sobre o nível de organização social destes. Em sua grande maioria (64,67% dos chefes destes estabelecimentos) não participavam de alguma organização social. Somente 24,13% participavam de entidades de classe, muito provável que sejam sindicatos rurais e outros 6,86% participavam de cooperativas. Apenas 4,33% participavam das duas organizações conjuntamente – cooperativas e entidade de classes.

Gráfico 2 – Nível de organização social dos chefes dos estabelecimentos familiares do Grupo B do PRONAF em SC (%)



Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

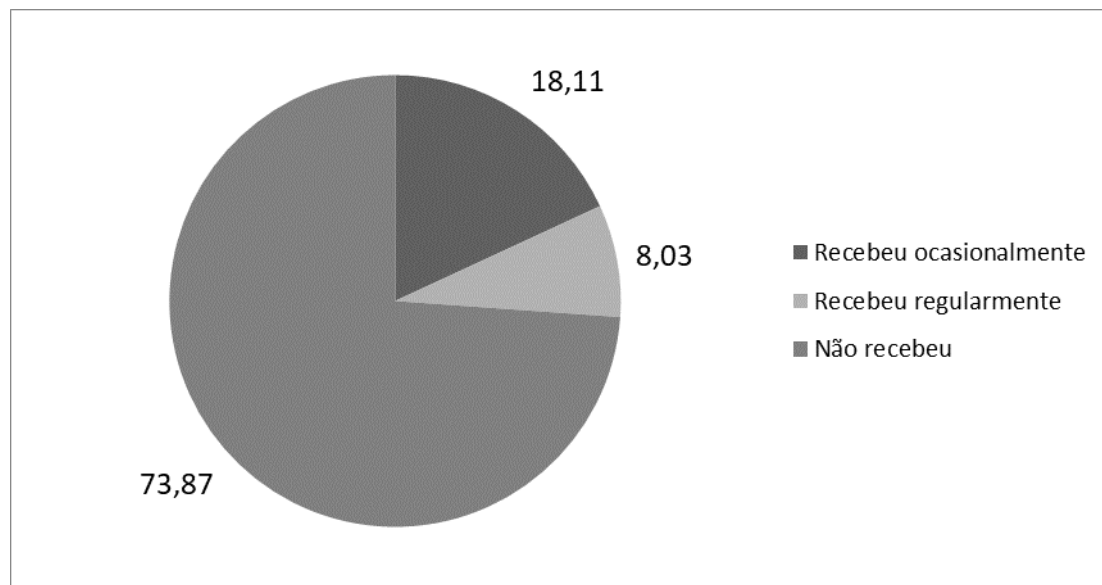
Nota: Dados organizados pelos autores.

Os dados do Gráfico 2 evidenciam as poucas relações sociais coletivas e as interfaces que os dirigentes familiares desenvolvem com as organizações sociais. Ellis (2000) menciona que muitas melhorias sociais e na qualidade de vidas das populações pobres podem ser mediadas ou acessadas via o trabalho de entidades, instituições e organizações sociais. Assim, a pouca participação dos AF pobres nestas, os bloqueia de uma importante “porta de saída” da pobreza rural. Picolotto (2014) também afirma que a participação política e social dos AF é importante para que estes possam reivindicar seus direitos, exercer pressão política e receber informações, principalmente sobre políticas públicas do Estado. Maiores graus de participação social nestas organizações sociais são fundamentais para estes AF pobres terem acesso a algumas capacitações básicas, como por exemplo, crédito, políticas públicas, melhoria de renda, ganhar escala econômica/produziva no coletivo, acesso a serviços públicos, entre outras.

O Gráfico 3 apresenta o percentual de estabelecimentos do Grupo B em relação ao recebimento de assistência técnica e extensão rural (ATER). Observa-se que 73,87% dos estabelecimentos do público potencial Grupo B do PRONAF declararam que não receberam orientação técnica. Apenas 8,03% declararam que receberam orientação técnica regularmente e 18,11% ocasionalmente. Os dados mostram que sete em cada dez AF pobres, não recebiam orientação técnica nenhuma sobre as formas de cultivo, auxílio na ocorrência de eventuais problemas produtivos, organização socioeconômica e condições técnicas para melhoria dos

sistemas produtivos e de organização social e familiar, demonstrado a grande ausência deste serviço público prestado pelo Estado brasileiro.

Gráfico 3 – Percentual de estabelecimentos do Grupo B em relação ao recebimento de orientação técnica em SC



Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

A ATER possui o papel de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar os processos de desenvolvimento humano (PETTAN, 2010). A carência de acesso a esse serviço aos AF mais pobres representa uma falha do próprio Estado, que não está dando suporte adequado aos sistemas produtivos, necessidades e melhorias sociais junto às famílias e na promoção do desenvolvimento rural e regional deste grupo social, que por ser extremamente vulnerável, deveria ser prioritário das ações de ATER do Estado brasileiro.

As baixas rendas agropecuárias e econômicas

Já a Tabela 8 apresenta o número e percentual de estabelecimentos que obtiveram valor de produção, em 2006, no estado de SC⁵. Observa-se que os ANF apresentaram praticamente 90% de estabelecimentos com valor de produção e os

⁵ Estas estatísticas censitárias sobre o VP correspondem ao resultado da soma do valor da produção vegetal, animal e valor agregado da agroindústria rural (este último é o valor total dos produtos processados menos o valor das matérias-primas utilizadas) (IBGE, 2009).

AF (exceto B) 70,15% dos estabelecimentos registraram valores de produção. Já o grupo de AF pobres (Grupo B) apresentou 76,01% dos estabelecimentos com VP. Destaca-se que no grupo familiar, o percentual de estabelecimentos com registro de VP foi maior no grupo de AF pobres em 6%.

Tabela 8 – Percentual de estabelecimentos agropecuários de SC com Valor da Produção (VP)

Típos de agricultores	Nº Estabelecimentos (A)	Número Estab. Com VP (B)	% (B/A)
Não familiar	25.156	22.522	89,53
Familiar (Grupo B)	49.594	37.696	76,01
Familiar (Exceto Grupo B)	168.512	118.212	70,15
Total	193.668	178.430	92,13

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

Observando que nem todos os estabelecimentos registraram VP, especialmente os familiares, levanta-se a hipótese de que estes não utilizam os espaços rurais exclusivamente como produção agropecuária, sendo que há outras atividades e fontes de renda que são praticadas por estes atores, como os dados apresentados, a seguir no trabalho, irão demonstrar. Estes AF executam outras ‘funções’ que possam oferecer renda, assalariam-se fora da agricultura, como local de residência, trabalham em outros estabelecimentos que contratam força de trabalho ou ainda possuem renda oriunda de programas governamentais, aposentadorias e pensões. Estes agricultores estão dentro da noção de novas ruralidades contemporâneas dos espaços rurais, na qual uma diversidade de situações sociais e atividades econômicas e produtivas são possibilitadas (WANDERLEY, 2009).

A Tabela 9 apresenta o valor médio da produção agropecuária e a participação relativa dos estabelecimentos agropecuários no estado de SC. O grupo de ANF obteve valor médio de produção de R\$ 149.410,40 em 2006, representando 37,25% do valor da produção do estado. O grupo de AF (exceto B) apresentou uma média de R\$ 47.108,40/ano, que representa 61,64% dos valores da produção de SC. Já o grupo de AF pobres (grupo B) apresentou valor médio de produção de R\$ 2.678,48 em 2006, representando apenas 1,12% dos valores da produção agropecuária do estado.

Tabela 9 – Participação relativa e valor médio da produção dos estabelecimentos agropecuários de SC

Tipos de agricultores	Nº de estab. c/ produção no ano (Um.)		Valor da produção dos estab. No ano (Mil Reais)		Val. Médio produção (Em R\$)
	Número	%	Número	%	
Não familiar	22.522	12,62	3.365.021	37,25	149.410,40
Familiar (Grupo B)	37.696	21,13	100.968	1,12	2.678,48
Familiar (exceto Grupo B)	118.212	66,25	5.568.778	61,64	47.108,40
Total	178.430	100,00	9.034.777	100,00	50.634,85

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

Considerando que o valor médio da produção por estabelecimento em SC ficou em R\$ 50.634,85, em comparação, a ANF ficou com valores praticamente três vezes acima disso, sendo que representa somente 12,62% dos estabelecimentos do estado que registraram VP. Os AF exceto grupo B ficaram com valor médio de produção muito próximo a média do estado, sendo que representam 66,25% dos estabelecimentos. Contudo, o valor médio de produção dos AF pobres (grupo B) registrou percentuais em torno de dezoito vezes menores que a média do VP do estado, perfazendo 21,13% dos estabelecimentos que registraram produção em 2006. É visível a diferença dos valores médios de produção, mesmo na comparação entre os dois grupos familiares, o que evidencia a baixa capacidade produtiva e de geração de renda proveniente da agropecuária do grupo de AF pobres.

Ao calcular os valores médios de produção registrados pelos estabelecimentos agropecuários catarinenses com relação ao salário mínimo vigente em 2006, que era de R\$ 350,00 a disparidade fica ainda mais notável. Enquanto o VP médio da ANF equivale a 426,88 salários mínimos anuais, para a AF é de 134,59 salários mínimos. Para os AF pobres seu VP equivalia a somente 7,65 salários mínimos anuais. A renda gerada pelo VP dos AF pobres fica bem inferior a um salário mínimo por mês, o que é inferior ao mínimo de renda considerado necessário para suprir necessidades básicas destas famílias rurais.

Esses baixos índices de valor de produção e de renda agropecuária gerada pelos AF pobres de SC não são diferentes nos demais estados do Sul, como já demonstrado por outros estudos (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016; GAZOLLA; AQUINO; SIMONETTI, 2017). Talvez, como forma de compensação esses AF pobres de SC, assim como os demais da região Sul, utilizem-se de renda não monetária como estratégia de reprodução social. Como

alternativa, trabalham na melhoria contínua da produção para autoconsumo em seus estabelecimentos, que na agricultura familiar tem sido abordada como importante estratégia de reprodução alimentar (está ligada a segurança alimentar e nutricional do grupo doméstico), é fonte de renda não monetária e abre a possibilidade de diversificação dos meios de vida (CHIMELLO, 2010; GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Esse aspecto pode ser visualizado pelos dados da Tabela 10⁶, que apresenta o número de estabelecimentos com autoconsumo e os respectivos valores do mesmo em reais. Pode-se verificar que a ANF possuía R\$ 33.359,93/ano de valor de autoconsumo, enquanto o grupo de AF (exceto B) registrou o valor de R\$ 10.081,48 em 2006. Já, o grupo de AF pobres (grupo B) registrou o valor de R\$ 1.915,88 no ano de 2006.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos com autoconsumo e valores do autoconsumo na agricultura de Santa Catarina

Tipos de agricultura	Nº de Estab. c/ autoc. (A)	Autoc. Total (B) (R\$)	Autoc./estab. (B/A) (R\$)
Não Familiar	18.358	612.421.611	33.359,93
Familiar (exceto Grupo B)	105.062	1.059.180.443	10.081,48
Familiar (somente Grupo B)	33.867	64.885.149	1.915,88
Total/média	157.287	1.736.487.203	11.040,25

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

Em comparação com a média do valor de autoconsumo no estado (R\$ 11.040,25/ano), o grupo de AF pobres fica mais uma vez com os menores valores (menos de 1/5 desta renda), porém, considerando que a renda bruta total do grupo de AF pobres (PRONAF grupo B) em 2006 era de até R\$ 3.000,00/ano, o valor do autoconsumo representava 65% da renda das famílias destes estabelecimentos, demonstrando sua importância para os processos de reprodução social e econômica deste grupo vulnerável, mesmo como renda não monetária. Assim como o estudo de Tecchio et al. (2012) sobre as populações rurais pobres de SC revelou, a AF com acesso a pequenas áreas de terra, tem na produção de alimentos para autoconsumo uma de suas estratégias de sobrevivência, pois

⁶ Esta tabela foi obtida a partir da metodologia de cálculo utilizada no trabalho de Grisa, Schneider e Conterato (2013), no âmbito do acordo de cooperação: “Projeto de pesquisa de equipe para análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006”, no ano de 2010, celebrado entre UFRGS, IBGE e IPEA, aos quais se agradece pela cedência dos dados.

comercializam parte dessa produção nos mercados como fonte de renda, e parte é usada como troca por mercadorias que não produzem nos seus estabelecimentos.

A produção para autoconsumo desses AF pobres indica uma forma de aumentar as receitas, através da diminuição dos gastos com aquisição de alimentos de fora das unidades produtivas. Grisa, Gazolla e Schneider (2010) sugerem que o autoconsumo deve ser interpretado como uma estratégia utilizada pelas unidades familiares na tentativa de garantir a autonomia da sua alimentação. Chimello (2010) afirma que a produção para autoconsumo é de fundamental importância, apesar do sistema produtivista trazido pela modernização da agricultura fazer pressão contrária, indo na direção da especialização produtiva e de redução da diversidade alimentar.

A Tabela 11 apresenta e complementa as informações anteriores sobre os tipos de receitas obtidas pelos AF pobres do PRONAF Grupo B. Somente 33,83% da receita destes agricultores é oriunda de atividades agropecuárias advinda da comercialização de produtos e alimentos do próprio estabelecimento, enquanto 66,17% advém de outras receitas. Observa-se que mais da metade da renda deste grupo de famílias rurais pobres do estado de SC, não é originária de atividades produtivas exclusivas do estabelecimento agropecuário.

Tabela 11 – Receitas obtidas pelos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF em SC

Receitas	Valores (R\$ 1.000)	Percentual (%)
Receitas agropecuárias	69.907	33,83
Outras receitas	136.142	66,17
Receita total	205.794	100,00

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

A renda com atividades agropecuárias dos estabelecimentos é baixa, como visto anteriormente neste trabalho e tem também pouca representatividade no cômputo geral com as demais receitas obtidas. Neste sentido, Wanderley (2009) destaca que pelo fato de a renda agropecuária não ser suficiente para a família, muitas vezes, o espaço rural é utilizado como local de moradia por aposentados, para atividades rurais não agrícolas e pluriatividade, fugindo dos moldes da especialização produtiva da agricultura moderna. Para Mattei (2017) a modernização da agricultura configurou uma visão “estereotipada” do mundo rural, onde tudo que não esteja nos ciclos de *commodities* agroindustriais e em grandes processos produtivos, está parado no tempo. O que perfaz uma visão extremamente produtivista e com pouca diversificação dos meios de vida para as famílias rurais.

Sobre a diversificação dos meios de vida e obtenção de outras rendas, na mesma direção dos dados discutidos acima nos últimos parágrafos e ilustrações, a Tabela 12 apresenta a composição das outras receitas auferidas pelos AF pobres, que integram seu *portfólio* financeiro familiar. Destaca-se que tem grande representatividade a receita oriunda de aposentadorias ou pensões perfazendo 73,76% das outras receitas dos AF pobres. Em seguida, aparecem os salários recebidos pelo produtor com atividades fora do estabelecimento e outras receitas com 18,70%. Estas outras receitas seriam oriundas de atividades rurais não agrícolas e de pluriatividade que os AF pobres estão envolvidos. Em seguida, aparece a prestação de serviços para empresas integradoras com 3,36%, os programas sociais do governo com 1,84% e os desinvestimentos com 1,17%. As demais origens de outras receitas têm pouca importância, ficando abaixo de 1%.

Tabela 12 – Composição das “Outras Receitas” obtidas pelos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF em SC

Fontes das outras receitas	Valor (R\$1000)	%
Aposentadorias ou pensões	100.418	73,76
Programas sociais do governo	2.499	1,84
Salários recebidos pelo produtor com ativ. Fora do estab. E outras receitas	25.459	18,70
Doações ou ajudas de parentes ou amigos	561	0,41
Produtos da agroindústria	682	0,50
Pescado (capturado)	30	0,02
Desinvestimentos	1.595	1,17
Prestação de serviço para empresas integradoras	4.569	3,36
Prestação de serviço de benef. e/ou transf. Prod. Para terceiros	109	0,08
Atividades de turismo rural no estabelecimento	96	0,07
Outras ativ. não agríc. Realizadas no estab. (artesanato, tecelagem, etc.)	118	0,09
Exploração mineral	6	0,00
Total	136.142	100

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Nota: Dados organizados pelos autores.

Estes dados expostos mostram a importância da renda oriunda das atividades rurais não agrícolas, da pluriatividade e da seguridade social como fontes geradoras de receitas para essas famílias pobres. Segundo Silva e Schneider (2010), a

pluriatividade entendida como a combinação entre o trabalho agrícola e as atividades fora da propriedade, oportuniza aumentar, estabilizar e diversificar a renda, estimular mercados locais e contribuir para a permanência da população no meio rural. Segundo Delgado (2015), as aposentadorias e pensões são um “retrato” de uma população envelhecida, doente ou com ausência de condição física para o trabalho na agricultura. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, a seguridade social aparece como uma contribuição restritiva, pois pode melhorar indicadores de igualdade, mas não há um paralelo à melhoria da produtividade do trabalho.

Os dados levantados sobre os aspectos econômicos destas famílias pobres do público potencial do PRONAF Grupo B, apontam para a direção da grande carência financeira que sofrem, exceto na produção para autoconsumo, mas que é considerada uma renda não monetária. Nas demais variáveis, como visto nas Tabelas 8, 9, 10, 11, e 12, a renda/receita oriunda dos estabelecimentos é extremamente baixa e com pouca representatividade no cenário da agropecuária do estado de SC.

Considerações finais

Este trabalho procurou mostrar a “cara” da pobreza rural dos agricultores familiares do estado de SC, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, representados pelo Grupo familiar do PRONAF B. Evidenciou-se que suas carências são múltiplas, corroborando com a noção Seniana de pobreza multidimensional. Condição que os coloca em desvantagem nos ativos básicos, acesso a serviços (especialmente os públicos do Estado) e capacitações necessárias para ativar processos promissores de desenvolvimento rural/regional e melhorias na sua qualidade de vida. Esse público vulnerável socialmente representa 25,61% do total de estabelecimentos agropecuários do estado, sendo extremamente representativos, por serem um em cada quatro estabelecimentos existentes.

Sua pobreza rural multidimensional foi exposta e discutida ao longo do texto, através de diversos indicadores sociais, econômicos e produtivos. Resumindo-a, pode-se dizer que o “perfil” deste grupo social é caracterizado por: terem área de terra limitante, em média, menos de um módulo fiscal; usam tecnologias como força de tração animal, talvez pelos custos de investimentos com maquinários; é uma população envelhecida e com poucos jovens dirigindo os estabelecimentos; com baixíssimo nível de instrução formal, a grande maioria com ensino fundamental incompleto; são pouco organizados coletivamente, quase não se inserindo em organizações sociais rurais; praticamente não recebem os serviços de assistência técnica do Estado; possuem os menores valores de produção agropecuária se comparados aos AF e aos ANF (ficam com apenas 1% do VP agropecuária do estado); boa parte das receitas/rendas destas famílias é oriunda de

atividades rurais não agrícolas, pluriatividade e da seguridade social. Como relevante no perfil destes AF pobres, aparece a produção para autoconsumo como uma estratégia para garantir a alimentação das famílias.

A pobreza deste grupo de agricultores familiares não é meramente econômica, já que suas carências são multifacetadas. Esta população está em uma situação limite, em que há poucas oportunidades para realizar escolhas com liberdade e angariarem melhorias significativas nos seus processos de desenvolvimento humano e rural. Neste sentido, maior apoio do Estado é fundamental, para que este grupo deixe de ser “invisível” a sociedade, por exemplo, construindo políticas públicas de desenvolvimento rural e regional com foco nas esferas produtivas e econômicas que são essenciais, mas também de construção de novos mercados para inserção socioeconômica (de trabalho, de atividades rurais não agrícolas, novos canais para venda da produção, microcrédito orientado, inovações produtivas em alimentos sustentáveis e de maior valor agregado, etc.), além de ações de melhorias nas condições educacionais, sociais, fundiárias e humanas destes indivíduos e famílias.

Referências

AQUINO, J. R. et al. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do PRONAF na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fabio. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, p. 77-105, 2013.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): Uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. v. 1, n. 2, 2011.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Um retrato do lado pobre da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Redes**. Santa Cruz do Sul. v. 21, n. 3, pt. 1, p. 66-92, set./dez. 2016.

BUANAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. In: BUANAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **O mundo rural do Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, p. 1161-1182, 2014.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e da outras providências**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no meio rural: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, 15 (2), p. 45-65, 1998.

CAZELLA, A.; BÚRIGO, F. Sistemas Territoriais de Financiamento: Concepção de Projetos Inclusivos In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, v. 14, p. 131-165, 2011. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unoesc & Ciência-ACET**. v. 1, n. 2, p. 163-174, 2010.

DELGADO, G. Previdência Social e desenvolvimento rural. In.: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 429-442, 2015. (Série Estudos Rurais).

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

FGV Social. **Abaixo a pobreza**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://cps.fgv.br/sites/cps.fgv.br/files/artigo/tc100.pdf> >. Acesso em: 12 jul. 2017.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R.; SIMONETTI, A. L. Análise das condições socioeconômicas e vulnerabilidades produtivas dos agricultores familiares pobres do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55, 2017. **Anais...** Santa Maria: SOBER, 2017.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentaria**. Venezuela, v. 16, nº 31, p. 65-79, jul./dez. 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In.: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento**

rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 19-44, 2015. (Série Estudos Rurais).

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:** diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, p. 165-186, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Centro Demográfico 2010:** Resultado preliminares do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000408.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: jun. 2017.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. A agricultura orgânica no Brasil: um perfil a partir do censo agropecuário 2006. **Extensão Rural**, v. 24, n. 1, p. 42-61, 2017.

MATTEI, L. Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina. Encontro de Economia Catarinense. **Anais...** v. 4, 2010.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 45, n. 5, p. 83-92, 2017.

PETTAN, K. **A política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):** percepções e tendências. 2010. Tese (Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba. v, 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

SEN, A. Conceitos de pobreza. In.: SEN, A. **Pobreza e Fomes**. Terramar: Lisboa, p. 23-42, 1999.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão das capacidades. **Lua Nova**. n° 28/29. p. 313-333, 1993.

SEN, A. Pobreza como privação de capacidades. In.: SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 109-134, 2000.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In.: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. A. (Orgs.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 183-207, 2010.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. **Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil**. Campinas: Unicamp. Texto para discussão, n. 101, 2001.

TECCHIO, A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC) 2012**. Dissertação (Agroecossistemas). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TECCHIO, A. et al. Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do território Meio Oeste Contestado (SC). **Raízes**. v. 32, p. 68-81, 2012.

TONNEAU, J.-P.; AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. v. 22, n. 1, p. 67-82, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**. v. 1, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In.: DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, p. 64-81, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas, v. 3, p. 21-55, 1996.

Endereço para correspondência:

Marlise Lovatel – marlise18@hotmail.com
Via do Conhecimento, Km 1
85503-390 Pato Branco/PR, Brasil

André Luiz Simonetti – andreluiz_simonetti@hotmail.com
Via do Conhecimento, Km 1
85503-390 Pato Branco/PR, Brasil

Marcio Gazolla – marciogazolla1@gmail.com
Via do Conhecimento, Km 1
85503-390 Pato Branco/PR, Brasil